

CAPITAL.

PREÇOS ADIANTADOS.

Por um anno..... 8000
Por seis mezes..... 4000

O CORREIO PAULISTANO — é propriedade de Marques & Irmão.

Publica-se nas terças e sextas-feiras, não sendo dias-sanctificados
Subscreve-se no escriptorio da Typographia IMPARCIAL, rua do Ouvidor n. 46.
Os annuncios dos assignantes tem inserção gratuita até 10 linhas.

INTERIOR.

PREÇOS ADIANTADOS.

Por um anno..... 10000
Por seis mezes..... 5000

ASSEMBLÉA PROVINCIAL.

16ª SESSÃO ORDINARIA AOS 6 DE MARÇO DE 1856.

Presidencia do Sr. conselheiro Carneiro de Campos.

SUMARIO. — Expediente — Requerimento do Sr. Godoy sobre trabalhadores europeos. Discursos dos Srs. Godoy, Ribeiro de Andrada, Carrão, Nebias. Approvação. — 2ª discussão da força policial. Discursos dos Srs. Carrão, barão de Tietê, secretario do governo, Ribeiro de Andrada

As 10 e meia horas da manhã, faz-se a chamada e verifica-se haver numero legal de Srs. deputados, faltando sem causa os Srs. Pereira Chaves, Pinto Porto, Honorato, Mendonça Pinto, Alves dos Santos, e com ella os Srs. Barboza da Cunha, Paula Toledo, Pacheco Jordão, Amador, Fonseca e barão de Guaratinguá. Depois da chamada comparece o Sr. Mendonça Pinto.

Lê-se e approva-se a acta da antecedente.

O Sr. 1º SECRETARIO menciona o seguinte EXPEDIENTE

PARECERES DE COMISSÃO.

Da commissão de constituição e poderes — que se reconheça deputado o Sr. desembargador Fernando Pacheco Jordão. — Approvado. Estando este senhor na sala immediata é introduzido no salão com as formalidades do estylo, presta juramento e toma assento.

Da commissão de redacção apresentando redigido o projecto que devoga o art. 48 das porturas do Pindamonhangaba. — Approvado.

Da mesma commissão apresentando redigido o projecto de capitação de 160 réis na villa de S. José do Parahiba. — Approvado.

REPRESENTAÇÃO E REQUERIMENTOS.

Representação da camara de Parahibuna pedindo authorisação para vender a casinha que serve de prisão na dita villa para ser o seu producto applicado á obra da nova cadeia. — A commissão de camaras.

Requerimento do Rvd. vigário da mesma villa pedindo uma quota no orçamento provincial para as obras da igreja matriz. — A commissão de fazenda.

O Sr. Godoy: — Tenho de mandar á meza, Sr. presidente um requerimento, porém antes de o fazer desejo justificar-me.

S. Ex. o Sr. vice-presidente, em seu relatório tratando dos engrajados allemães, diz que convém não desanimar a respeito dos trabalhos que elles até o presente tem prestado, que o futuro nos dirá se foi boa a idéa do seu antecessor quando os mandou engrajar. S. Ex. hade permitir que eu me afaste deste seu modo de pensar. Não tenho em vista fazer opposição á sua administração, nem mesmo o poderia fazer, não só porque milito debaixo da mesma bandeira politica que S. Ex.

O Sr. ULBOA CENTRA: — Bandeira que não existe mais.

O Sr. Godoy: ... como porque vejo que a opposição liberal que tem assento nesta casa, cruza os braços e deixa correr a administração da provincia pela maneira porque vai (apoiados).

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA: — Quer dizer que o senhor tambem é liberal porque veio para cá.

O Sr. Godoy: — Não comprehendo este aparte.

O Sr. RIBAS: — E' mysterioso o seu aparte.

O Sr. R. DE ANDRADA: — O nobre deputado parece que é muito dado a leitura de romances.

O Sr. Godoy: — No entretanto, por não fazer opposição á administração do Sr. vice-presidente...

O Sr. R. DE ANDRADA: — E' mel pelos beiços.

O Sr. Godoy: ... não declino do direito que tenho de apresentar, ou de offerecer á consideração da casa as medidas que julgo convenientes ao bem da provincia. Senhores, não pôde por modo algum continuar a permanecer nos trabalhos publicos da provincia, os colonos que foram engrajados. Não sei o que vai a respeito dos que estão distribuidos por outros diferentes pontos da provincia, fallo sómente quanto aquelles que achão-se na serra de Ubatuba; sobre estes é que principalmente chamo a attenção da casa, e se o requerimento que pretendo mandar a meza não for accedido, ao menos trará um resultado bom, que é, provocar alguma discussão relativamente a um ponto tão interessante como é este.

O pensamento do Sr. Saraiva mandando engrajar trabalhadores na Europa que substituissem a falta de braços, que da lavoura se vão destraindo para obras publicas foi um pensamento generoso, um pensamento que poderia dar resultados fecundos, e que nos salvaria da crise que se aproxima.

O Sr. BARATA: — Não apoiado.

O Sr. RIBAS: — Apoiado.

O Sr. NEBIAS: — Apoiado.

O Sr. BARATA: — O mal vem da origem.

O Sr. Godoy: — O defeito não está neste pensamento, e sim na maneira porque se fez o engrajamento dessa gente.

O Sr. RIBAS: — Apoiado; o pensamento em si foi bom.

O Sr. Godoy: — O engrajamento é que foi pessimo, é que foi horrivel, e é esta uma razão pela qual heide deixar de votar em favor da continuação da subvenção que a provincia dá para este serviço.

O Sr. BARATA: — Na minha opinião tudo foi erro; má concepção, e peor execução.

O Sr. Godoy: ... porque quasi todos os colonos vindos pela casa Vergueiro tem provado mal.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Não, senhor, não ha tal.

O Sr. RIBAS: — Não interrompa o orador, antes devemos auxilia-lo em sua estrea brilhante.

O Sr. Godoy: — A experiencia, senhores, tem mostrado o que acabo de dizer; os colonos vindos para dois fazendeiros de minha amizade tem feito patente o pouco cuidado que ha nos engrajamentos, e esses fazendeiros estão arrependidos de terem dado semelhante passo.

O Sr. BARATA: — Os que vierão para o Sr. Francisco Alves Monteiro, em geral tem produzido bem.

O Sr. Godoy: — Mas estes não foram encomendados pela casa Vergueiro, o fazendeiro os foi escolher na Europa.

O Sr. BARATA: — E' exacto.

O Sr. Godoy: — Ia eu dizendo; o engrajamento foi pessimo, parece-me que os encarregados de o fazer só se derão ao trabalho de limpar as ruas de Hamburgo de tudo quanto havia de pessimo para nos mandar com patentes de trabalhadores de estrada!

Vierão cabelleiros, vierão alfaiates, botiquineiros, denturistas etc.

O Sr. BARATA: — Vierão rabequistas etc.

O Sr. Godoy: — E' uma verdade; genic toda impropria para os trabalhos para que foram engrajados, e então homens taes por certo não podem apresentar fructo algum bom para a provincia. Para se calcular ainda a insufficiencia desses homens é bastante ver-se que elles estão a sete mezas em Ubatuba em numero quasi do quarenta trabalhadores e durante todo este tempo apenas têm feito um pedaço de calçada, e algumas braças de estiva!

O Sr. RIBAS: — Com effeito!

O Sr. Godoy: — E porque preço, senhores, ficarão estas obras? eu o vou dizer; esse pedaço de calçada está importando em 800000 e cada braça de estiva em 60000, quando a mais cara estiva construida por braços escravos custa a 20000, sendo de madeira escolhida.

O Sr. RIBAS: — E' calçada de ouro, e não de pedra!

O Sr. R. DE ANDRADA: — Quem dirige essas obras?

O Sr. Godoy: — Dois engenheiros que para lá foram mandados, ambos com bastante intelligencia e dedicacão; entretanto este resultado é sempre o mesmo.

A que será devido semelhante facto? será a falta de administração? não, é devido a pessima qualidade desses trabalhadores. Demais elles se achão individualmente para com a provincia, e cada dia augmenta a divida, de maneira que nunca se poderão remir della; porque cada um delles faz a despeza mensal de 400 a 800000, e a sua receita é, apenas de 100000 ou de 120000? E nem poderia ser de outro modo, pois pouco trabalham.

Apenas ameaça chuva não querem ir ao trabalho, se chove recolhem-se, como tambem se o sol está muito ardente, dormem a sesta; em summa vivem em completa vadiacão e continuada embriaguez!

O Sr. TAQUES: — E quando não ha boa genebra brigão.

O Sr. R. DE ANDRADA: — E' facil fazer-lhes esse fornecimento.

O Sr. TAQUES: — Então vá para o orçamento uma verba com applicação a esta despeza.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Se o senhor a propozer votarei por ella.

O Sr. TAQUES: — O senhor é que a deve propôr porque lembrou a facilidade de fornecimento.

O Sr. PRESIDENTE — Attenção.

O Sr. Godoy: — A presença desses colonos na serra de Ubatuba serve de estorvo, é uma barreira ao aperfeiçoamento dessa grande arteria commercial e está embaraçando o aperfeiçoamento, e conservacão daquella estrada, porque todo o dinheir que a assembléa tem consignado para ali são absorvidos no sustento e jornas dos engrajados, e até quotas de certas matrizes e outras obras publicas tem sido consumidas com a manutencão daquelles homens.

O Sr. RIBAS: — Como é isto?

O Sr. Godoy: — Não devo entrar agora nesta questião; mas o que acabo de dizer é um facto que não pôde ser contrariado.

O Sr. BARATA: — E' marcha velha.

O Sr. Godoy: — Fundado pois, senhores, nas razões que tenho expellido vou por meio de um requerimento pedir que sejam retirados esses colonos da serra de Ubatuba, e que o Exm. presidente da provincia dê-lhes o destino que julgar mais conveniente. Retirarei porém o meu requerimento se a assembléa em sua subdordia, offerecer alguma outra medida que faça desaparecer os graves inconvenientes que acabo de ponderar com a presença desses trabalhadores na segunda estrada da provincia. (apoiados)

Lê-se o seguinte requerimento do Sr. Godoy.

«Requiro que os trabalhadores allemães que estão na serra de Ubatuba sejam retirados dahi.»

O Sr. PRESIDENTE: — A disposicão deste requerimento, eu a considero como importando um acto de administração.

O Sr. NEBIAS: — Pôde ser apoiado, salva a redacção.

E' apoiado o requerimento, salvo a redacção, e entra em discussão.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Peça a palavra.

O Sr. PRESIDENTE: — Tem a palavra.

O Sr. RIBAS: — (pela ordem) Parece-me que o requerimento que acaba de ser apoiado não pôde entrar immediatamente em discussão.

O Sr. PRESIDENTE: — Só se o nobre deputado requer que não entre.

O Sr. RIBAS: — Eu não requiro o addiamento nem acho que isto seja necessario; mas penso que V. Ex. não pôde dar immediatamente para a discussão semelhante requerimento.

O Sr. PRESIDENTE: — Porque?

O Sr. RIBAS: — Pela regra geral do nosso regimento de não se poder discutir uma materia no mesmo dia em que é apresentada, sem se ter vencido a urgencia. Note-se que este requerimento não é de ordem, e um requerimento dirigido ao governo, e

creio que o estylo da casa tem sido sempre dar-se para a ordem do dia taes requerimentos. Apresento estas reflexões não com o fim de retardar a discussão e votacão do requerimento; e sim apenas em observancia do regimento da casa, e do estylo constante.

O Sr. PRESIDENTE: — A pratica tem sido discutir os requerimentos logo depois de serem lidos e apoiados. Ainda hontem discutiu-se por esta forma um requerimento do Sr. Queiroz Telles, e tem-se discutido outros analogos a este, para que os engenheiros inglezes fossem incumbidos de certos exames. Como tudo se o nobre deputado quer que se reserve esta discussão para depois...

O Sr. RIBAS: — Não, senhor, não requiro addiamento.

O Sr. PRESIDENTE: — Então tem a palavra o Sr. Ribeiro de Andrada.

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA: — Sr. presidente, sem querer contrariar a narraçãõ dos factos apresentados pelo meu nobre collega, autor do requerimento, relativo á estrada de Ubatuba, pois que seria demasiada ousadia de minha parte, confiando eu tanto no nobre deputado, pôr em duvida suas palavras, contudo permita elle que eu proteste contra alguns topicos do discurso com que fundamentou o seu requerimento; e mesmo que reconhecendo a verdade dos factos por elle narrados, e isto por motivo da confiança que deposito no seu caracter, eu lhe diga que o meio de que lançou mão para obter o seu fim é o menos curial, e mesmo é invasor das attribuições do executivo provincial.

A assembléa, senhores, não pôde dizer, em materias de administração, ao presidente da provincia que faça isto, ou aquillo, pôde apenas na lei do orçamento provincial tomar medidas geraes quanto ao emprego dos trabalhadores; mas não ordenar que o administrador da provincia tire os trabalhadores de uma estrada para os empregar em outra. Isto seria nullificar a acção administrativa do presidente da provincia assim por exemplo, o presidente da provincia mandaria fazer obras em uma matriz, e nós no dia seguinte lhe diriamos: — mandai retirar os trabalhadores empregados nas obras daquella matriz, e empregados em taes, ou taes obras.

O Sr. RIBAS: — E o que haveria de novo nisto? se não dessemos o dinheiro preciso para essas obras, o presidente da provincia havia de mandar parar com ellas.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Perdê-me, é outra a questião.

Quando é que a assembléa dá dinheiro para as obras publicas da provincia? na occasião em que discute a lei do orçamento provincial.

O Sr. RIBAS: — Então a questião não é da competenciam, e sim da opportunidade.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Peça a palavra e responda. O nobre deputado não gosta que lhe dêem apartes quando falla, e entretanto está sempre a dar apartes aos outros. Verifica-se com elle o ditado: — Vemos o argueiro nos olhos alheios, e não vemos uma trave nos nossos.

O Sr. RIBAS: — O meu aparte não tem nada de offensivo.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Eu não contestei o direito que tem a assembléa de tomar providencias na lei do orçamento provincial relativamente aos trabalhadores, e sim o de dizer ao presidente da provincia: — faça isto, e não aquillo, tire os trabalhadores desta obra e empregue-os naquell'outra.

O Sr. Godoy: — Eu substituirei o meu requerimento.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Como o nobre deputado acaba de declarar que vai substituir o seu requerimento por outro, corrigindo o defeito que apontei, não continuo a fallar sobre este topico, e passo a fazer algumas reflexões relativamente a outra questião. Disse o nobre deputado que os obreiros engrajados vindos pela casa de Vergueiro, tem sido pessimos. Não quero entrar neste exame, mas digo que se o Sr. Vergueiro foi autorisado a contractar obreiros, e se em lugar disto contractou rabequistas, cabelleiros &, (o que muito duvido) o governo da provincia não os devia aceitar.

O Sr. RIBAS: — Então o nobre deputado está censurando o governo?

O Sr. R. DE ANDRADA: — Não se affija o nobre deputado, não fazendo ao governo opposição, heide contudo conservar sempre a independencia precisa para enear com imparcialidade os seus actos. O nobre deputado autor do requerimento ampliou mais suas censuras disse que todos os contractos de colonisação feitos pela casa Vergueiro, mesmo para diferentes particulares tem sido maos. Eu julgo que houve engano da parte do nobre deputado, antes me parece que se deve agradecer a casa Vergueiro o serviço que tem feito a provincia com a introducção de colonos.

Não duvido que incidentalmente um ou outro contracto de colonos não tenha sido bom; mas isto é que vem? pelos contractos feitos com a provincia a casa Vergueiro deve mandar vir colonos, elles aqui chegarem deve os por a disposicão dos lavradores para que estes escolham os que lhes

convem e o resto então é que vai para a colonia de Ibicaba.

O Sr. Q. TELLES: — Quem sabe se é assim que se procede?

O Sr. RIBAS: — E o 3º admista de medicina que está contractado como collono? o que diz a isto?

O Sr. R. DE ANDRADA: — O nobre deputado, ex chefe da maioria, querendo amenisar a discussão lembra que me encarregue de dizer alguma cousa relativamente ao 3º annista de medicina a que ha pouco se referio um outro nobre collega o Sr. Taques. Já disse que pode acontecer que um ou outro individuo seja contractado para o serviço da provincia não sendo entretanto obreiro, mas repito, que me parece que na occasião de serem recebidos esses individuos devia se proceder a um exame por parte do governo para se saber se taes individuos erãõ, ou não obreiros.

O Sr. BARATA: — Apoiado.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Não tenho presente esses contractos.

O Sr. BARATA: — O que é certo é, que neste assumpto tem havido má administração.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Agora permitto os nobres deputados que eu faça uma reflexão. Se os colonos não trabalhão como devião trabalhar segundo seus contractos, os administradores das estradas tinham obrigação de empregar toda a sua influencia para que elles realissem esses trabalhos, e quando o não quizessem fazer devião tratar de punil-os pois que para esse fim lhes fornece meios a lei de 14 de outubro de 1837. O individuo que se contracta para fazer certo serviço durante o dia, não tem direito a percepção de salario ajustado se não cumpre com o seu dever.

O Sr. BARATA: — Tenho certeza de que isto se tem querido fazer, e de que os colonos se hão revoltado.

O Sr. Godoy: — Até pozerão fóra um administrador seu.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Então porque não se os tem cogido a cumprirem as condições de seus contractos? de que serve a força publica senão para fazer respeitar a lei e a autoridade? Disse o nobre deputado que desde que esses homens não querem trabalhar, não trabalhão.

O Sr. BARATA: — Assevero que é exacta esta proposição do nobre deputado autor do requerimento.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Os administradores de estradas devem ter meios de coagir os colonos a trabalharem, e de facto os tem nas leis vigentes.

UMA VOZ: — E tem.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Quando um individuo se contrata para fazer um trabalho tem em vista obter uma recompensa qualquer; mas desde que elle puder obter essa mesma recompensa sem trabalhar, descança não trabalha.

O Sr. Godoy: — Então é o direito da força que deve regular?

O Sr. R. DE ANDRADA: — Não, Sr., é o direito legal, resultante dos effectos da lei que deve obrigar a trabalhar o individuo que para esse fim se tiver contratado.

O Sr. Godoy: — Porque modo?

O Sr. RIBAS: — Não dê apartes porque o Sr. aspirante ao chefado da minoria zanga-se.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Nós aqui felizmente não temos chefe, nem precisamos del-o; somos apenas tres membros de um partido, e mutuamente combinamos as medidas que devemos propôr, como tambem as que devemos approvar, ou combater.

O Sr. Q. TELLES: — Da mesma forma nós aqui não reconhecemos chefe algum; cada um obra como entende.

O Sr. R. DE ANDRADA: — Temos marchado sempre em harmonia n'assembléa, fallo em geral, só quem se insurgiu um pouco, mas que, na phrase vulgar, voltou ao rego (rião), foi o nobre deputado que me dirigio o aparte a que estou respondendo.

O Sr. RIBAS: — Achome-me em discussão?

O Sr. R. DE ANDRADA: — E' porque o procura com os apartes que tem dado. Aqui termino, Sr. presidente, as breves reflexões que tinha a fazer. O nobre deputado autor do requerimento declarou que o queria substituir por outro, e como eu adopto a ideia de que se deve pedir informações ao governo sobre este topico, como o nobre deputado acaba de narrar na casa uma serie de factos que são dignos de exame, estou prompto a votar para que se peça essas informações; mas não podia annuir a que a assembléa se ingirisse em um acto de administração, dizendo ao presidente da provincia: — tire os trabalhadores de tal obra, e empregue-as em outra. Tenho concluido.

O Sr. PRESIDENTE: — A discussão deste requerimento fica adiada pela hora.

O Sr. NEBIAS: — (pela ordem) Esta discussão tem algum interesse immediato com o estado das obras publicas da provincia; consequente-

mente parece que não devemos interrompê-la (addos.) Convirá antes que continue, mesmo até preterindo-se outras materias, porque talvez ella traga mais beneficios do que pensamos. Assim como a liberdade de requerer urgencia para proseguir a discussão deste requerimento, ao menos até a hora designada para a 2ª parte da ordem do dia, isto é, a discussão do projecto de fixação da força policial.

Este requerimento do Sr. Nebies é apoiado, e approved sem debate.

Continua a discussão do requerimento do Sr. Godoy.

Lê-se, apoia-se, e entra em discussão o seguinte substitutivo do mesmo Sr. Godoy, sendo a pedido seu retirado o primeiro requerimento.

«Requeiro que se peça ao governo que informe se a secção de trabalhadores da estrada de Ubatuba cumpre seus contratos, e quaes as vantagens que tem se tirado com os trabalhos dos mesmos.»

O Sr. CARRÃO:—Sr. presidente, não terei duvida alguma em votar pelo requerimento substitutivo. Parece-me que a assembléa pode apprová-lo, embora ja em parte esteja prevenido pelo relatório da presidencia.

Nesse relatório diz S. Ex. que não se tem tirado desses operarios todas as vantagens que se devia esperar, mas que deve-se apellar para o tempo. Portanto parece que a mesma presidencia reconhece que esses individuos não estão nas condições do contracto ou pelo menos da lei, em virtude da qual forão contractados.

Segundo me recorde, a assembléa approvou as condições com que o Sr. Saraiva contractou a vinda desses operarios; e quando ella approvou estas condições, por certo que não previu que viessem individuos que não eram proprios para a especialidade para a qual a provincia os precisava. Mas isto foi o que aconteceu: estou informado por alguns inspectores de estradas a cujo cargo estão esses operarios, que em geral elles trabalham mal; são homens-madraços, recalcitrantes; homens que entendem não estarem sujeitos a inspecção nem á obediencia alguma.

Mas por isso podemos ja decretar, como parece querer o honrado auctor do requerimento, que esses homens não são absolutamente proprios para esse serviço, e despedil-os?

O Sr. Godoy:—Os de Ubatuba não o são.

O Sr. CARRÃO:—Se não são proprios, temos um procurador fiscal estipendiado para vellar na execução dos contractos; o presidente da provincia tambem tem esta obrigação; porque não se tem intentado uma acção de rescisão?

O Sr. Godoy:—Até aqui não se tem feito isso.

O Sr. CARRÃO:—Se existe um contracto perfeito e completo, esses individuos não podem deixar de cumpril-o.

O Sr. Godoy:—Só á força.

O Sr. CARRÃO:—Obrigal-os á força não é digno da provincia; cumpre recorrer aos meios ordinarios, recorrer ao poder judiciario para compellil-os ao cumprimento das obrigações a que se sujeitaram.

O Sr. Godoy:—São incorrigiveis.

O Sr. CARRÃO:—Se são incorrigiveis ou improprios para esse serviço, rescinda-se o contracto, como eu dizia ha pouco.

O Sr. Ribas:—E a indemnisação da provincia?

O Sr. CARRÃO:—Se a provincia tem de perder a indemnisação, tanto a perde sendo elles incorrigiveis ou improprios para o serviço, como rescindindo o contracto.

Se a administração tem deixado correr esse negocio de trabalhadores de estradas de um modo inconveniente, isto é, se a presidencia não tem lançado suas vistas bem positivamente para o modo por que os trabalhadores cumprem as condições do contracto, neste caso acompanho o nobre deputado na sua censura; tambem direi que o presidente da provincia é censuravel, por não fazer cumprir o contracto ou por não rescindil-o, porque os nobres deputados sabem que o nosso paiz é um dos que tem legislação mais previdente á este respeito.

O Sr. BARATA:—Legislação efficacissima; admira que tenha sido esquecida.

O Sr. Ribas:—Legislação que não se executa.

O Sr. CARRÃO:—Admira que não tenha sido executada, quando temos um presidente, homem entendido em direito e um procurador fiscal nas mesmas circunstancias.

O Sr. Godoy:—Mas o facto existe.

O Sr. CARRÃO:—Não sei se existe em toda a sua extensão. Sei que em verdade alguns desses trabalhadores não cumprem o contracto....

O Sr. Godoy:—A secção de Ubatuba é o que declarei.

O Sr. CARRÃO:—... que a secção de Juquery é pessima, e outro tanto se diz quanto á secção da serra do Cubatão; mas o que resta a fazer? Ou calarmos e deixar as coisas correrem como até aqui, ou fazemos um voto de censura bem acre á administração da provincia.

O Sr. Ribas:—A presidencia organisa esses trabalhadores?

O Sr. CARRÃO:—Parece-me que organisa; deu-lhes regulamento.

O Sr. Ribas:—O corpo está organizado como manda a lei?

O Sr. CARRÃO:—Até tenho em casa umas impressões aqui, em portuguez, com a traducção em allemão, marcando as attribuições dos inspectores, administradores etc.

O Sr. Ribas:—E' outra cousa; isso é anterior á lei.

O Sr. CARRÃO:—Ignoro se é anterior. Se havia necessidade de fazer novo regulamento para a direcção desses homens e esse novo regulamento não foi feito, a censura torna-se mais grave.

O Sr. BARATA:—O negocio é de censurarmos ou de darmos motivos para sermos censurados.

O Sr. CARRÃO:—Não defendo a presidencia, nem tenho obrigação de defender; se eu vir algum facto que seja perfeitamente censuravel, hei-de censurá-la.

O Sr. BARATA:—O proprio nobre deputado acaba de dizer que são pessimas as noticias que tem de outras secções.

O Sr. CARRÃO:—You dar a razão porque essas secções achão-se nesse estado, e são razões que, segundo parece-me, devem ser attendidas.

Essas secções estão organizadas de modo que permittem os recursos do paiz, e por isso não se pôde tirar dellas todo proveito possivel; ha falta de pessoas habilitadas para bem dirigil-as; e a prova disto é que a que é dirigida por um allemão, o engenheiro Gunther... homem que conhece todas as conveniencias, que conhece os costumes, vicios e defeitos desses trabalhadores, tem marchado satisfactoriamente. Mas á frente das outras secções existem individuos, para servirem de intermediarios entre os inspectores e operarios, e que conhecendo mal a lingua portugueza, não transmitem directamente as communicações e ordens, e muitas vezes deliberadamente as vicião, não as transmittindo com fidelidade, dando causa a conflitos e desordens.

O Sr. Q. TELLES:—Até mesmo nas colonias particulares esses interpretes tem promovido muitos males.

O Sr. CARRÃO:—Aproveite o aparte do nobre deputado, até nas colonias particulares esses interpretes tem promovido muitos males. Ora talvez que as dissidencias da secção de Juquery tenham provindo dessa origem.

Quaes são os individuos que pela sua intelligencia e fidelidade estejam no caso de ser interpretes nessas turnas de operarios? Raros são os homens na provincia que possuem essas habilitações, e que queirão aceitar semelhante incumbencia. O governo vê-se obrigado a empregar os que encontra; e por tanto cumpre ver se um presidente com falta de recursos é tão responsavel pela má administração dessas turnas, como pareceu inculcar o nobre deputado.

Entendo que o ex-presidente, concebendo o plano de mandar vir operarios europeos, concebeu um plano arrazoado e que daria vantagens ao paiz sendo bem praticado. Estou persuadido de que, se o Sr. Saraiva estivesse na presidencia quando chegarão esses colonos, havia de ter mão na execução do contracto, havia de ver se os operarios vindos estavam em todas as condições desse contracto. Mas não se procedeu a esse exame previo; aceitarão-se colonos caibelleiros, estudantes, alfaiates etc., homens que não servião para o fim a que erão destinados, e que além disso são madraços e recalcitrantes; o que se devia esperar dessa gente? O que está acontecendo. Por tanto o que agora resta fazer é obrigal-os a cumprir as suas obrigações ou rescindir o contracto que a provincia tem com elles, porque quanto ao contracto feito com a casa Vergueiro já não é possível rescindil-o, visto que o governo não reclamou em tempo.

O Sr. Ribas:—Ha prazo fatal para a reclamação?

O Sr. CARRÃO:—O nobre deputado que é legista, sabe perfeitamente disso; é desnecessario entrar em explicação a este respeito. Parece-me que o governo já não pôde reclamar contra a casa Vergueiro; mas quanto aos colonos que tambem tem um contracto muito especial com a provincia, se não são proprios para o trabalho a que erão destinados, o honrado membro sabe como esses contractos devem ser rescindidos.

O Sr. Ribas:—E quem hade indemnisar a provincia?

O Sr. CARRÃO:—Elles mesmos, até mediante prisão com trabalho.

O Sr. Ribas:—Não modo.

O Sr. CARRÃO:—Se são madraços e incapazes para o serviço contractado, se violão o contracto, devem ir para trabalhos publicos, ou para a casa de correcção a fim de ganharem com que indemnisarem a provincia.

Assim pois digo que, se a presidencia tivesse todos os meios de bem dirigil esses trabalhadores, devia ser censurada; mas declaro tambem que, se os honrados membros estivessem na administração, por certo que lutariaõ com as mesmas difficuldades, na-

terão, para evitar esses inconvenientes, grandes meios á sua disposição. O nobre deputado residente em Jundiaby acaba de affirmar com conhecimento de causa que esses interpretes que servem de intermedio para a transmissãõ das ordens são a causa de muitos males.

O Sr. Q. TELLES:—E' o que aconteceu na minha colonia e tem acontecido em muitas.

O Sr. CARRÃO:—Quando os particulares que podem por si inspecionar os trabalhadores, providenciando de prompto ao que occorrer, despedir esses interpretes e chamar outros appropriados, porque já vão apparecendo alguns com habilitações para tal serviço, dos sahidos das colonias particulares, soffrem isso, como não soffrerá o governo? Os honrados membros sabem que esses interpretes devem ter além de fidelidade, intelligencia superior a do commum dos trabalhadores para poderem transmitir as ordens sem a menor alteração. Ora o governo não tem onde escolhel-os, não tem administradores de estradas que possam entender-se com os operarios; e como poderá ser inteiramente responsavel pelos máos resultados?

Ha pouco tempo teve lugar um facto digno de nota. O Sr. Souza Queiroz recebeu communicação nesta capital de que os seus colonos se tinham revoltado: preparou-se para ir a colonia e até pediu auxilio ao governo, muniu-se de recommendações ás autoridades locais, para o auxiliarem, e com effeito quando chegou lá achou os colonos em completa desorganisação, mas como homem de senso tratou de indagar a causa desse estado de cousas; reconheceu que em algumas reclamações, os colonos tinham razão, e que tudo provinha de falta degeito na administração; satisfiz ás reclamações que julgou justas, declarou-lhes que á outras não satisfazia por infundadas. Os colonos se acalmaraõ, e a colonia vai marchando regularmente.

Esse facto indica falta de pratica de lidar com colonos; os administradores ainda não perderão o habito de lidar com trabalhadores escravos; mas felizmente os nossos fazendeiros vão procurando modificar esses habitos e alguns já reconhecem que, desde que se trata de colonos convenientemente, ha grande vantagem do trabalho livre sobre o trabalho escravo; já reconhecem que os colonos são muito superiores aos trabalhadores escravos, que o trabalho livre é muito mais productivo em todos os sentidos.

Seu assim, cumpre que a administração publica continue por algum tempo nesse estado de ensaios, até que se habilite com meios convenientes para dirigil bem os operarios. Em quanto ella não obtiver esses meios, hade andar aprendendo, lutando com obstaculos e difficuldades.

Por tanto por ora não me animo a censurar a administração. Quando verificar-se a exatidão das informações de que esses individuos são recalcitrantes, madraços, incapazes emfim para o trabalho para o qual se engajaraõ então censurarei o presidente por não rescindir o contracto; mas agora fazer uma censura geral ao governo sem estar averiguada a existencia dessas circunstancias é o que não acho muito opportuno.

O Sr. Ribas:—O nobre autor do requerimento quer obter informações.

O Sr. CARRÃO:—Mas quando fundamentou o seu requerimento, expendeu na tribuna proposições que, sendo verdadeiras, trazem uma censura bem grave.

O Sr. Godoy:—Assevero que são verdadeiras.

O Sr. CARRÃO:—Então irroga uma censura muito grave ao governo da provincia....

O Sr. Godoy:—Isso é outra questão.

O Sr. CARRÃO:—... e eu não quero acompanhá-lo nessa censura, porque ainda não estou informado de todas as circunstancias, apezar de crer muito nas proposições do nobre deputado: é preciso um exame geral de todas as circunstancias, para ver onde está o vicio.

O Sr. Godoy:—O vicio está na qualidade dessa gente.

O Sr. CARRÃO:—Esses homens serão incorrigiveis? Elles desconhecem a legislação do paiz; alguns delles por sua ignorancia entendem que por serem estrangeiros estão isentos das nossas leis; mas com uma disciplina regular, com a applicação dessas leis não poderão mudar de procedimento e tornar-se uteis?

O Sr. Godoy:—São incorrigiveis.

O Sr. CARRÃO:—Não acredito que haja um vicio eterno na natureza humana que a torne incorrigivel; creio antes profundamente que ella tende sempre ao progresso, ao melhoramento moral, e que não ha um vicio que estrague a alma humana por tal modo que a correcção se torne impossivel.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Ha pouco me informou pessoa competente que a autoridade não tem empregado meios.

O Sr. Godoy:—Tem empregado.

O Sr. CARRÃO:—Algum já foi preso?

O Sr. Godoy:—Foi.

O Sr. CARRÃO:—É processado?

O Sr. Godoy:—Não.

O Sr. CARRÃO:—Então foi preso arbitrariamente?

O Sr. Godoy:—Para evitar desordens.

O Sr. CARRÃO:—E quem os prendeu?

O Sr. Godoy:—Eu, como delegado.

O Sr. CARRÃO:—E o honrado membro como delegado não tinha por si a legislação do paiz?

O Sr. Godoy:—O negocio era melindroso, eu não quiz dar azo á censura.

O Sr. CARRÃO:—Mas deu azo á censura prendendo esses individuos arbitrariamente.

O Sr. Godoy:—Não, porque a prisão foi correccional.

O Sr. CARRÃO:—Desconheço nas leis do paiz o que é isso que se chama prisão correccional, fóra do caso de uma autoridade com seus subalternos; sempre é necessario um processo, e uma sentença.

O Sr. Godoy:—Um processo não serviu para evitar a continuação do mal.

O Sr. CARRÃO:—Senhores, uma sentença proferida com todas as formalidades e applicada regularmente, quando é dada de maneira tal que o sujeito se convence de que merece a pena, não pôde deixar de produzir bons resultados.

O Sr. R. DE ANDRADA:—A arbitrariedade é que é perigosa.

O Sr. CARRÃO:—A arbitrariedade é que revolta os instinctos da natureza humana.

O Sr. BARATA:—Tenho muita confiança na lei sobre a locação dos serviços.

O Sr. CARRÃO:—Tenho estudado essa lei, della me tenho servido por muitas vezes como advogado, e acho que é uma lei fortissima;

O Sr. Ribas:—Não tem tido effeito.

O Sr. CARRÃO:—Se não tem sido applicada, a culpa não é da lei.

Mas, como ia dizendo, entendo que com a applicação integral, mesmo não muito rigorosa, da legislação que temos, esses homens se haviam de corrigir. Digo—com a execução integral—por quanto ou hão de ser punidos por não prestarem o serviço convencionado ou o contracto hade ser rescindido.

O Sr. BARATA:—Direi ao nobre deputado que como juiz de paz já executei essa lei com muita efficacia.

O Sr. CARRÃO:—Aqui mesmo na cidade tem sido executada com efficacia.

O Sr. Ribas:—Mas sem exemplaridade.

O Sr. CARRÃO:—Não é tanto assim. Ainda ha pouco tempo houve nesta cidade um facto que exigia a applicação dessa lei; mas como ella estabelece um direito pessoal que o contractante pôde usar ou deixar de usar, o individuo que recorreu a essa lei, vendo-se em difficuldades com os seus colonos, não exigiu a sua inteira execução, contentando-se em metter na cadeia dois por causa de um pequeno disturbio.

Isto não é execução da lei; seja executada que raro hade ser o colono que não cumpra seus deveres.

O Sr. Godoy:—Se forem incorrigiveis?

O Sr. CARRÃO:—Já respondi a isso: ou hão de cumprir suas obrigações mediante prisões, ou o contracto ha de ser rescindido.

O Sr. R. DE ANDRADA:—A solução é tão boa!

O Sr. CARRÃO:—Mas, Srs., permita a assembléa que eu faça uma consideração. Esse contracto appareceu nesta casa antes de estar realisaado, segundo a minha lembrança, e a assembléa o approvou. Nessa occasião estavam aqui quasi todos os honrados membros que hoje tem assento. Ora não seria conveniente, se acaso é permitido fazer uma retrospectiva do passado, que então se iniciassem neste contracto clausulas tendentes a obrigar a sua execução de modo que não offerecesse embaraços? Não conviria recommendar, como parece querer-se hoje, que, no caso de haver inhabilitação da parte desses individuos, fosse o contracto rescindido conforme a lei de 11 de outubro de 1837?

O Sr. BARATA:—O contracto não foi approved pela assembléa; o presidente mandou contractar esses operarios, depois communicou isso a assembléa, e esta encherrou na lei do orçamento uma auctorisação nesse sentido.

O Sr. Ribas:—A assembléa, encherrou no orçamento essa auctorisação, approvou a idéa fundamental com modificação, e essas modificações tem sido postas em execução?

O Sr. CARRÃO:—Não tem sido?

O Sr. Ribas:—Não sei.

O Sr. CARRÃO:—Então o requerimento deve conter mais uma parte, é preciso que nos informemos se a administração publica tem cumprido a lei da assembléa a esse respeito. (Is o requerimento.) Aqui pedem-se somente informações acerca do cumprimento que tem havido da parte dos trabalhadores e não acerca da execução da lei, por tanto é necessario acrescentar-se mais uma clausula a este requerimento.

O Sr. Godoy:—Proponha.

O Sr. CARRÃO:—Isso pertence ao nobre deputado que é autor da idéa.

O Sr. BARATA:—A assembléa não estabeleceu bases para esse contracto.

O Sr. CARRÃO:—Mas parece-me que, quando o presidente da provincia pediu essa auctorisação, mandou para a assembléa as ordens que se haviam expedido para a Europa e essas ordens continham as condições do contracto posteriormente feito.

O Sr. Ribas:—Não houve approvação do contracto.

O Sr. CARRÃO:—Mas houve auctori-

ção para contractar? O presidente contractou na esphera da lei?

O Sr. RIBAS:—Isso é que não sei.

O Sr. CARRÃO:—Então estamos n'uma completa ignorancia.

O Sr. BARATA:—O presidente contractou com plena liberdade.

O Sr. CARRÃO:—Mas dentro do circulo da lei?

O Sr. R. DE ANDRADA:—A lei deixava-lhe ampla liberdade.

O Sr. CARRÃO:—Não entendo isso; peço que me informem se o presidente fez um contracto autorizado pela lei, porque, se assim foi, o contracto é vigoroso.

O Sr. RIBAS:—O facto foi este: o presidente mandou contractar esses operarios sem autorisação da assembléa...

O Sr. Q. TELLES:—Não foi autorisado, e agora quem se acha na presidencia é que está soffrendo os embaraços, como tem soffrido os particulares em contractos semelhantes. Temos de lutar com muitas difficuldades a este respeito, haja a lei que houver.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Difficuldades inherentes á materia.

O Sr. CARRÃO:—Eu já disse isso.

O Sr. RIBAS:—O governo mandou contractar esses trabalhadores sem autorisação, e depois a assembléa approvou esse acto estabelecendo certas condições, criando um corpo de operarios.

O Sr. CARRÃO:—Acaba de informar o honrado membro que o presidente expediu suas ordens para o engajamento desses trabalhadores sem que houvesse lei alguma que o autorizasse a isso. Noto esta circumstancia não como uma censura, por que julgo que elle podia contractar na Europa ou em qualquer outro paiz trabalhadores para estradas como contrataria aqui, sem autorisação especial.

O Sr. RIBAS:—Não excedendo a quota.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Está claro.

O Sr. CARRÃO:—Mas o honrado membro tambem me informou de que depois o presidente remetteu a esta assembléa essas ordens expedidas para a Europa, e a assembléa approvou esse acto.

O Sr. RIBAS:—Não é isso.

O Sr. BARATA:—Apareceu na casa um projecto que, não podendo ser discutido separadamente, foi encheitado na 2ª discussão do orçamento, autorizando o governo a ter esses trabalhadores.

O Sr. RIBAS:—Estabeleceram-se então certas condições.

O Sr. CARRÃO:—Eis aqui uma superfetação legislativa se a presidencia pôde ter trabalhadores nas estradas sem precisação de leis especiaes q' a autorizem a isso, para que esse acto?

O Sr. RIBAS:—A assembléa não podia regulamentar esse serviço?

O Sr. CARRÃO:—O que quero dizer é que a presidencia pôde contractar trabalhadores de estradas sem que para isso necessite de autorisação da assembléa.

O Sr. BARATA:—Carece entrar na indagação da natureza desse contracto.

O Sr. CARRÃO:—Parece-me que todos nós ignoramos as circumstancias desse negocio.

O Sr. BARATA:—E' preciso vet a duração do contracto.

O Sr. CARRÃO:—Creio que nenhum de nós ainda o viu. Por tanto cumpre que peçamos não só o contracto para vermos se está feito legalmente, se não tambem informações acerca da execução que tem havido tanto por parte do governo como por parte dos operarios, e se o governo se considera com meios sufficientes para executar a lei em relação a esse contracto de modo conveniente a provincia. Se completarmos o requerimento neste sentido, elle apresentará algum resultado, mas nem assim poderá trazer grandes vantagens.

Tocarei tambem em outro ponto, isto é, no ponto em que o nobre autor do requerimento entendeu que todos os colonos trazidos a provincia importados pela casa Vergueiro & C. tem sido máos, lançando assim um anathema geral.

O Sr. RIBAS:—Creio que não foi tão absoluto.

O Sr. Godoy:—Referi-me somente ao conhecimento que tenho de 2 ou 3 fazendeiros, relativamente aos seus col-

nos.

O Sr. GARRÃO:—Ha quanto tempo esses fazendeiros tem a seu serviço colonos? sem duvida ha menos de um anno: consequentemente não podem julgar de bom, ou máo serviço que taes colonos podem prestar, isto é, em quanto os fazendeiros não adquirirem o geito pratico especial de tratarem com os colonos, o serviço desses homens não marchará mui regularmente. Cidadãos muito competentes pelo conhecimento pratico que tem dessas cousas me tem informado que para se colher vantagens do serviço dos colonos, é indispensavel estabelecer uma grande differença no modo de dirigir o trabalho do homem livre em relação ao trabalho do escravo.

Por tanto em vista destas considerações creio que não se pôde lançar esse anathema tão geral aos colonos importados pela casa Vergueiro & C. Limite-me ao que tenho expendido.

O Sr. NEBIAS:—Parece-me que o nobre deputado autor deste requerimento tem um fim muito louvavel: apresentando-o teve em vista fazer cessar o máo serviço que tem observado pelo lado da provincia dunde acaba de chegar.

O Sr. Godoy:—E muito principalmente acabar com os abusos.

O Sr. NEBIAS:—Presumo que o requerimento do nobre deputado ainda podia ser concebido em termos mais apropriados para se conseguir esse fim; por outra, que a assembléa poderia em termos mais proprios da questão, dirigir-se ao governo da provincia: por exemplo, podia o nobre deputado requerer que se pedisse ao governo que desse outro destino qualquer a esses trabalhadores, se isto fosse actualmente possivel. Apresentando assim o requerimento o nobre deputado não só conseguia o seu fim, como tambem não faltamos ao respeito devido ao outro poder.

Desta maneira penso eu que a assembléa não fazia censura alguma ao Ex. vice-presidente da provincia. Creio mesmo que essa ideia de censura, que foi aproveitada pelo nobre deputado que me precedeo, para defender ao governo provincial, não apparece na casa (apoiados). Todos nós estamos de accordo em reconhecer e confessar os embaraços da actual administração relativamente a esses contractos, e a esses trabalhadores (apoiados).

Quem não terá ouvido do honrado Sr. Dr. Almeida que elle está embaraçado com o estado de couzas que achou? quem não vê que S. Ex. de alguma maneira, com a dignidade propria do seo caracter e do logar que occupa, fez sentir no seu relatório esses obstaculos, mas que não quiz e nem podia levar em culpa ao seu antecessor? Se o Ex. Sr. Almeida é o primeiro que reconhece isto, se todos nós reconhecemos que ha um grave embaraço do qual nós mesmos, com poderes mais amplos do que a presidencia neste caso, não podemos sair muito facilmente, como poderia alguém censurar ao actual Sr. vice-presidente por semelhante falta, que não é sua, se falta existio?

A questão pois deve ser encarada não pelo lado da censura, de desconfiança, ou confiança para o governo actual, e sim com relação as urgencias e transtornos do serviço publico da provincia neste ramo tão importante (apoiados.)

E considerando assim parece que todos nós, sem envolvermo-nos em uma questão politica, temos obrigação de concorrer para que a assembléa, e a presidencia saião de tal estado, fallando com a franqueza que devemos a nossa consciencia e a nossa provincia.

Porci de parte as observações que forão feitas a respeito dos contractos com a casa Vergueiro & C., isto é, com relação a consignação que annualmente recebe essa casa para introduzir colonos na provincia. Não sei se o nobre deputado que acaba de fallar attendeu ás observações que ha poucos dias forão feitas aqui na casa neste sentido pelo honrado Sr. Queiroz Telles. Tambem não estou habilitado para apreciar convenientemente o procedimento da casa Vergueiro & C., que tem recebido ha annos, e continúa a receber annualmente uma consignação de 25:000 rs. para

facilitar a introdução de colonos, a bem da nossa lavoura, tão necessitada do braço.

O Sr. R. DE ANDRADA:—E' um emprestimo.

O Sr. NEBIAS:—Tenho ouvido de muito boa parte elogiar-se a introdução de colonos feita por essa casa, tenho ouvido tambem por outro lado censurar-se essa introdução, e o nobre deputado autor do requerimento com os conhecimentos que traz dessa parte da provincia de onde acaba de chegar, confirma que o contrato feito com a casa Vergueiro não tem sido tão proveitosamente executado como quiz inculcar outro nobre deputado.

O Sr. Q. TELLES:—Eu declarei que não me parecia conveniente esse contrato em razão de virem os colonos com despesas enormes. Quanto a qualidade dos colonos, relativamente aos que tenho ao meu serviço, digo que estou muito satisfeito.

O Sr. NEBIAS:—Tomei nota deste ponto. Na sessão passada, quando se tratou deste negocio, o nobre deputado limitou-se mais a fazer sentir a alta importancia do serviço desses colonos, a despeza que com elles se fazia, e fallou com conhecimento proprio, pelo que se passava consigo.

Creio que apresentou um calculo mais, ou menos certo da grande despeza porque ficava um contrato com qualquer colono.

O Sr. Q. TELLES:—Eu declarei que até tive de pagar por alguma familia de colonos a quantia de 1:900 rs., e d'ahi para baixo.

O Sr. NEBIAS:—Sim, Sr., recorde-me disto, e eu poderia aproveitar-me desta declaração do nobre deputado, que não é suspeito, para chamar tambem a attenção do go governo sobre os contractos feitos com a casa Vergueiro & C., não que eu tenha razões para desconfiar dessa casa, do seo procedimento, e do interesse que toma particularmente pelo governo da provincia de S. Paulo, mas porque essa queixa que o nobre deputado apresentou eu a tenho ouvido de varias outras pessoas. E parece que quando a assembléa provincial com tanta dedicação, e com tanto gosto consignou uma quantia soffrivelmente animadora para a introdução de colonos na provincia, por adiantamento, e isto todos os annos, procurar facilitar a colonisação a bem dos nossos lavradores, no entanto que o contrario apparece de uma maneira muito grave como o nobre deputado, e outros, tem feito sentir; e não sei até se se tem escripto alguma cousa a este respeito aqui, e mesmo na corte. O certo é que do auxilio pecuniario que a provincia dá annualmente não tem resultado tanto beneficio como esperavão nossos lavradores, porque a despeza que se faz actualmente com uma dessas familias de colonos é muitas vezes igual ao custo de um escravo que fica sendo propriedade nossa.

O Sr. R. ANDRADA:—Quanto custa hoje um escravo entre nós? isto é que é preciso examinar.

O Sr. Q. TELLES:—O mal nasceo de se ter feito adiantamento de quantias muito avultadas na Europa aos colonos para virem para o Brasil.

O Sr. NEBIAS:—Devo acreditar que se tem feito esses adiantamentos na Europa; mas ainda por este lado não sei se os nossos lavradores, e a provincia devem concorrer para isto, porque em verdade a emigração para o Brasil poderá encontrar difficuldades em uma ou outra época, como por exemplo no estado actual das complicações europeas; cessando porém este estado de couzas creio que principalmente para a provincia de S. Paulo a emigração deverá affluir, os colonos virão com satisfação porque já conhecem o logar em que veem habitar pelas publicações favoraveis que sobre este assumpto se tem feito na Europa.

Por consequente não sei para que fim se fazem tão grandes adiantamentos aos colonos que veem para a nossa provincia. Parece que é isto um descredito para nós, que se tem receio de convidar colonos a virem para a provincia de S. Paulo, sem se lhes fazer grandes adiantamentos de dinheiro, quando elles chegando aqui gozão

de paz e socoço, de trabalho e liberdade, quando enfim tudo entre nós é reciproco, serviços e recompensas. Nada mais direi este respeito; o fim principal do nobre deputado autor do requerimento é outro, trata elle dos colonos engajados pela ultima administração da provincia, antes da lei, ou depois della, e que estão correndo por conta da provincia. A commissão do fazenda, a que tenho a honra de pertencer, tem considerado seriamente nesta materia, e com effeito achamo-nos em um embaraço tal que eu pela minha parte desde já declaro que não vejo outra sahida honrosa para a provincia, e necessaria para o serviço das nossas estradas se não largarmos mão desses colonos, seja com que prejuizo fór.

O Sr. Godoy:—Apoiado; antes isto, do que agravarmos mais os cofres da provincia.

O Sr. Q. TELLES:—Sem duvida agrava-se mais conservando-se colonos que não servem do que abandonando-os ou inutilizando seus contractos.

O Sr. NEBIAS:—Os dons illustres deputados que fallarão antes de mim, supozarão que não tinha-mos chegado ainda a um extremo irremediavel, figurarão mil recursos, que não sei se estão á disposição desta assembléa, ou nas mãos do administrador da provincia.

UMA VOZ:—Recursos em thesoria.

O Sr. NEBIAS:—Eu ouvi com toda a attenção aos nobres deputados que me precederão, pensei que em verdade estavamos enganados, que realmente tinhamos correctivos, e que os nobres deputados estavam fazendo monopolio desses recursos, ou desses expedientes. Os nobres deputados disserão:—temos a lei dos contractos, e assembléa deve pedir ao governo que execute estas leis; o governo mesmo já tinha obrigação de executá-las. E' muito bom isto, não ha duvida alguma, quanto ao curso ordinario da vida; mas em um contracto de trabalhadores e de trabalhados estrangeiros, todos esses recursos ou expedientes são illusorios. Eu ouvi com muita attenção ao nobre deputado que me fica em frente, procurei acompanhar as suas observações. Disse elle:—temos leis penaes, temos leis coercitivas para obrigar os operarios contractados ao cumprimento de seus deveres, executem-se essas leis, empreguem-se esses meios. E' verdade, nós temos a lei dos contractos nacionaes de 1830, temos a dos contractos estrangeiros, de 1837, e todas ellas contém boas medidas, bellas providencias, muitas muito apropriadas, para este ramo de infracções, para aquelle que não cumprir as condições de seu contracto, quer seja o locador ou locatario. Creio que tambem temos uma lei especial da provincia que providencia muito bem a este respeito; mas o que poderemos nós conseguir com a execução ainda muito fiel, e muito pontual destas leis? poderemos tentar alguma cousa para sahirmos do desgraçado estado em que nos achamos collocados?

O Sr. CARRÃO:—Não entrei nesta questão.

O Sr. NEBIAS:—Mas é a principal.

O Sr. CARRÃO:—Para este terreno irei, e em occasião propria.

O Sr. NEBIAS:—Qual é essa occasião propria?

O Sr. CARRÃO:—Quando se discutir a lei do orçamento provincial.

O Sr. NEBIAS:—Bem; mas como já se iniciou esta questão muito grave, e por isso eu pedi a continuação della, parece que convém adiantarmos alguma cousa sobre o assumpto, e não deixarmos tudo para a discussão do orçamento provincial. Ha questões previas a considerar, e a de que se trata está nesta ordem.

Ora, se fossemos tratar da execução rigorosa dos contractos para termos um serviço regular por parte dos trabalhadores, qual seria o resultado? Um trabalhador deixava de prestar os seus serviços por espaço de meia ora, outro por espaço de meio dia, outro de um dia inteiro etc. teriamos de tentar demandas constantemente, e demandas por faltas pequeninas e repetidas.

A mesma cousa acontece na secção desses trabalhadores de Juquery, da Cantareira, na secção de Santos, a respeito da

qual o Sr. Lacorda me disse que não sabia o que havia de fazer; e afinal pediu a sua demissão por causa desses máos trabalhadores.

O Sr. Q. TELLES:—Supponha-se mesmo que se punia rigorosamente a um desses obreiros, ficava sua familia desgraçada, soffrendo miserias em quanto o chefe estava cumprindo a sentença, ou sendo processado.

O Sr. NEBIAS:—Lembra muito bem, o nobre deputado, é muito judicioso este seu aparte. Pergunto eu, conviria tratarmos assim a hospedes estrangeiros? Mesmo quando isso fosse exequível, e proveitoso para a provincia, era preciso crear-se uma repartição propria para estar tratando desses processos, era preciso crear-se um procurador fiscal para se occupar sómente das questões relativas a estradas, e o nobre deputado mesmo que é um dos mais distinctos advogados desta capital não teria mãos a medir, constantemente advogando causas neste sentido.

O Sr. CARRÃO:—Se o nobre deputado quizesse que por cada quarto de hora que o collono deixasse de trabalhar houvesse logo uma demanda, não duvido que assim acontecesse.

O Sr. NEBIAS:—Foi o que entendi das observações feitas pelo nobre deputado, ellas tem este alcance. Mas eu já não quero que se verifiquem as hypothèses que figurei, e sim que se reproduzam os factos de que o nobre deputado mesmo foi testemunha, e aqui nos contou. O nobre deputado disse-nos que passando pela estrada de Juquery de proposito para ter a palliação com que esses obreiros estrangeiros trabalhavam na estrada; até nos contou um caso especial que observou com bastante admiração.

O nobre deputado com a dedicação e zelo que todos lhe reconhecem pelos interesses da provincia parou de proposito para ver um desses collonos q' com uma enxada na mão dava uma enxadada de 2 em 2 minutos.

O Sr. GODOY:—Elles até cavam o terreno com picaretas.

O Sr. NEBIAS:—Observou mais que para remover uma pequena pedrinha, esse collono gastou mais de seis, ou oito minutos, porque com toda a delicadeza levou a fazer uma grande cova em derredor da pedrinha, abaixou-se com toda a morosidade para tirar-a do lugar em que estava, e conduziu-a a outro lugar.

Ora, o nobre deputado que assistiu a toda esta vadição de taes trabalhadores pôde appellar para as nossas leis de contractos? o que havia de fazer neste caso o administrador ou feitor sobre quem se quer lançar a culpa? havia de estar com uma palmatoria... Não direi palmatoria, porq' o meu carrasco tem me dado tantas palmatoadas, (risadas) que até estou com medo de uzar deste instrumento. Havia o administrador estar sempre atrás desses homens com vara ou chicote na mão para obrigar-os a trabalhar? não certamente, porque o contracto não sugeita os trabalhadores a esses castigos corporaes; e nem era possível que a nossa provincia, civilizada como é, quizesse exigir semelhante condição de operarios estrangeiros; como tambem estou persuadido que qual-quer que fosse o estado desgraçado em que vivessem lá pela Europa, mesmo na triste posição de servos medicantes, já-mais se sujeitariam elles á esta condição tão vergonhosa. O que pois se hade fazer em um caso destes? hade-se obrigar a homens tão vadios, e obrigar por meio de uma demanda a monearem a enxada mais depressa e cavarem a terra com mais promptidão? esta vadição para a qual tem elles uma salva-guarda em seus contractos, é constante, não ha quem não a tenha presenciado. Mas demos que elles queiram faltar mais horas por dia nos seus trabalhos; se este fosse o unico mal seria facil remediar, porque então o inspector respectivo podia descontar-lhes quando fizesse o pagamento das ferias, uma quantia correspondente a essa falta.

O Sr. QUEIROZ JUNIOR:—Até é isso de lei.

O Sr. NEBIAS:—Justamente; nem era possível que a assembléa provincial, tão illustrada e tão zelosa como é, deixasse de

atender a esta circumstancia, quando todos os trabalhadores nacionaes estão sujeitos ao ponto, e ao desconto respectivo, segundo suas faltas. Mas ainda assim esta vadição traz inconvenientes a provincia.

Se tivermos trabalhadores vadios, a provincia não soffre prejuizos pecuniarios, é verdade, porém os trabalhos ficam paralisados, o presidente da provincia não pôde dar outras providencias, e os administradores e interpretes continuam recebendo subidas gratificações, e tambem esses taes medicos que acompanharam taes companheiros.

Mas disse o nobre deputado ainda, que se elles forem desobedientes, e se quizerem amolinar ha o recurso de serem processados e presos. Tambem é esta uma sabida que não nos serve, não queremos collonos para virem brigando com nosco, o sim que trabalhem. Entretanto estes homens, soberbos com um contracto cheio de garantias, desobedecem logem do trabalho, nada querem fazer, e a provincia é que está soffrendo pela falta de um serviço regular e livre.

O Sr. R. DE ANDRADA:—So se cruzar os braços hade ser peor.

O Sr. NEBIAS:—Mas se appellarmos para os preceitos legaes, que sempre são tardios, nada faremos. Dizem os nobres deputados:—Se são incorrigiveis e altanados processem-se. De maneira que hade se estar a largar o serviço das estradas para se conduzir homens de uns para outros lugares afim de serem processados! Além disto seria necessario tambem estabelecer-se uma especie de gendarmeria que se empregasse em prender e conduzir a todo o instante os taes trabalhadores vadios, desobedientes, e altanados. Ora, se nos nos achamos nestas collisões, não sei como os nobres deputados tão facilmente entenderão que tudo isto se podia aplanar por meio das medidas legaes q' existem. Eu tambem gasto dessas medidas legaes sou juiz, tenho estes habitos, mas digo que jesses casos que pedem remedios promptos e efficazes não pôdem ser convenientemente providenciados com essa morosidade de processo etc.

Sr. presidente, termino aqui as minhas observações. Poderia tambem agora dizer alguma cousa em honra dos nossos fazendeiros, e mesmo em proveito dos collonos, mas não quero roubar mais tempo á casa.

Lamentei que o nobre deputado preferisse palavras no correr da discussão que vão de encontro a este grande interesse — a introdução de collonos na provincia.

O Sr. CARRÃO:—Parece que não houve isto.

O Sr. NEBIAS:—Lembro este incidente porque dezejo muito que o nobre deputado, illustrado como é, e amigo da prosperidade da nossa provincia tomando a palavra tenha occasião de desvanecer qualquer impressão desagradavel que por ventura resultasse dessas expressões de que se serviu o nobre deputado, porque em verdade, quem ler o discurso do nobre deputado...

O Sr. CARRÃO dá um aparte.

O Sr. NEBIAS:—O nobre deputado disse que essas desordens dos collonos talvez sejam devidas aos habitos em que estamos de tratar com escravos, cujo trabalho é alias muito differente do trabalho livre. D'aqui pensará alguém que os collonos soffrem alguns vexames a maneira de nossa população escrava, e como não dezejo que uma autoridade tão importante como a do nobre deputado concorra para o máo resultado dessas empresas que a provincia tem muito em vista, aproveito a occasião para dizer que os collonos achão tantos commodos e vantagens no nosso paiz, que antes nós é que somos muitas vezes victimas da liberdade com que são tratados aqui; exemplo sejam os collonos trabalhadores sobre que versa o requerimento que discutimos.

Accresce que por conveniencia propria e pelos principios de humanidade que se tem espalhado na nossa população, o captiveiro na provincia tem melhorado consideravelmente. Ha muitos annos eu via contar-se nessas narrações inglezas que se publicarão no tempo da ablicação do trafico, horrores que soffrião os nossos

escravos; mas essas calumnias tem cessado, tem-se conhecido que os nossos fazendeiros são bons, e quando não fossem por natureza o seu interesse os aconselharia a ser.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Nos Estados Unidos os escravos recebem muito peor trato que no Brazil.

O Sr. NEBIAS:—Pelo menos é isso o que se depreheende das do Sr. Tocqueville e outros.

O Sr. R. DE ANDRADA:—E do Sr. Molinary.

O Sr. NEBIAS:—Pare aqui, Sr. presidente. Heide votar pelo requerimento, por que entendo não só ser urgente levar-se ao conhecimento do governo este pensamento da assembléa, como tambem que elle não contem nem uma censura ao honrado Sr. vice presidente da provincia; somente revela o zelo do nobre deputado e de toda a assembléa em querer promover um ramo tão importante do serviço publico.

Mas eu tambem quizeria que o nobre deputado, se não está satisfeito com a redacção do seu requerimento, pedisse encarecidamente ao Exm. vice-presidente que romovesse semelhante praga tanto dos lugares que o nobre deputado percorreu como das secções da estrada de Santos de Juquery e outras. Faça-nos S. Ex. a esmola de dar qualquer outro destino a esses operarios que tão grandes embarços tem causado ao serviço mui util de nossas estradas, serviço que era muito melhor desempenho pelos nossos trabalhadores domesticos (appoiados muito bem.)

(Continúa.)

## CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor. — Ainda uma vez, e será a ultima, direi duas palavras ao já não disfarçado redactor da *União dos Circulos*, para que não passe como certa uma sua proposição.

Nunca pedi ser incluído em chapa alguma para deputado provincial. Affirmo isto sob minha palavra de homem honesto, que aquelle Sr. me concede ser; e se isto não é exato ahí estão os organitadores de chapas para me confundirem. Nem hum dirá por certo que lhe pedi semelhante couza, pois creio que se o fizesse, ou para isso encomodasse os meus amigos, tel-o-hia conseguido, talvez com mais facilidade do que outros que alcançaram o favor, sahe Deos como.

Poderia a este respeito dizer muita cousa d'algum, mas não o faço por entender que não devo acompanhar discussões desagradaveis, que se não parecem mal a um estonteado, cego pela vaidade, e sem imputação, são inconvenientes a todo o homem que se pressa.

Não desconheço que sou falho de habilitações, e que não tenho o *espantoso talento* do redactor da *União*, entretanto é bem verdade que não olhou elle para isso quando o anno passado, repetindo suas visitas a esta humilde creatura, que suppunha ser o correspondente do *Mercantil*, instava com ella para escrever de harmonia com o correspondente do *Jornal*.

E' que se lembrava então do apologo da *doninha*, animal pequenino, que ainda assim salvou a vida do *leão*, roendo a rede em que havia cahido o rei das feras.

Consinta agora, Sr. Redactor, que aproveite o ensejo para enmpir um dever, com o qual concluo: agradeço cordialmente a galhardia com que seu communicante M. S. sabio a desagrar-me, tributando-me ao mesmo tempo elogios que não mereço; desagravo e elogios que são tanto mais de agradecer quanto é certo que expõe elle aos tiros da calumnia, e ao insulto.

Sou, Sr. redactor, seu muito attentioso venerador e criado

Santos Cruz.

S. Paulo 7 de março de 1856.

## ANNUNCIOS.

Para satisfazer o desejo de alguns Srs. estudantes que morão longe da aula, e para o interesse pecuniario, e comodidade de muitos Srs. solteiros me resolvi a mandar fazer almoço de manhã, q' terá lugar de 9 horas até meio dia, conforme o costume e gosto, inglez, francez, alemão, ou brasileiro: principiando no dia 14 de março. na casa de sotéa no sobrado n. 22 largo de S. Francisco.

Obrigado me a observar todo o acceio, frugalidade, e promptidão, e por preços razoaveis.

Uma tabella pregada na sala mostrará as qualidades de comidas, que serão feitas no dia seguinte. E para não cor-

rer dinheiro nas mãos dos serventes—vendem-se os cartões, em baixo da mesma casa no armazem do anunciante, de 200 rs. até qualquer quantia. A experiencia aperfeiçoará, á afinal a organisação, e então ficarão contentes, todos os freguezes—o que somente faz o objecto dos meus desejos.

C. A. Bresser.

A Manoel de Moraes Barros, da rua de Consolação n. 84 desapparecerão duas animaes: um cavallo vermelho, magro, mal feito de corpo, ferrado dos quatro pés e muito marchador, e uma besta pequena, delgada, vermelha clara, desferrada e sem marcha, ambos mansos de sella.

Boa gratificação a quem os prender e levar a casa acima indicada.

## NOVA HOSPEDARIA EM S. ROQUE,

Lourenço Augusto de Arruda faz sciente ao respeitavel publico, que estabeleceu uma hospedaria em S. Roque, na rua da Ponte, abaixo da matriz. Os viajantes que se dignarem de honra-la serão tratados com acceio e por preços commodos.

NESTA typographia se dirá quem vende por modico preço um—ACCORDEON—de tres oitavas, meios pontos—baixos reforçados, e junctamente um methodo de escalas proprias de dito instrumento.

## O SALVAVIDAS

ou

Gottas anti-cholericas.

DE

MALTA.

PARA TRATAMENTO DO CHO-

LERIA—MORBUS.

Vendo-se em S. Paulo, unicamente nas casas seguintes: rua Direita n. 22, em casa do senhor Antonio Bernardo Quartim, n. 44 em casa dos senhores Moreira etc. Santos: rua do Rozario, n. 3 em casa do senhor Henrique Fox, e em Santos rua Antonina n. 17, em casa do senhor João Manoel Alfaia Rodrigues. (19—24)

## VENDA

Vendo-se uma pequena casa com 15 braças de terreno na frente e 5 a 6 de fundo, sita no principio da rua da Palha e quem a pretender dirija-se a Francisco de Paula Xavier de Toledo, morador na subida do Piques, 6—6

## RIQUISSIMO

### SORTIMENTO DE BRILHANTES.

Alphonse Worms, tem a honra de participar ao respeitavel publico desta capital, que tendo chegado no ultimo vapor do Rio de Janeiro, traz um riquissimo sortimento de finas joias, como relógios, correntes do mais moderno gosto, e outros objectos concernentes ao mesmo negocio. Encarrega-se de encomendas directamente para o Rio de Janeiro, e mesmo para a Europa. Póde ser procurado no largo de palacio, hotel do Universo.

N. B. Tambem troca e compra ouro velho. (5)

VENDE-SE uma escrava crioula de 19 annos de idade, sabendo cozer, lavar, engomar, e cozinhar bem, e os mais arranjos de uma casa. Quem a pretender podo dirigir-se a esta typographia, que se dirá quem vende.

FUGIO á 3 para 4 mezes uma escrava de nome Virginia, meia fula, bou dentes, de nação, corpo regular, com um signal na testa. Quem a prender e levar ao senhor José Joaquim de Carvalho, morador na rua da Boa-vista, junto ao passo, será gratificado, querendo.

S. Paulo—1856—Typ. imparciall.